



A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA GERENCIAL

THE IMPORTANCE OF CASH FLOW DEMONSTRATION AS A MANAGEMENT TOOL

GABOARDI, Bruna¹

FERREIRA, Michele Machado²

SILVA, Filipe Martins da³

Resumo: A Demonstração do Fluxo de Caixa passou a ser uma demonstração contábil obrigatória segundo a Lei nº 11.638/07, que altera e revoga os dispositivos da Lei nº 6.404/76. Este artigo tem como objetivo identificar a importância e os benefícios na utilização desta demonstração através do método direto e indireto, com o propósito de mensurar os resultados, obter transparência e controle dos recursos, visando proporcionar tomadas de decisões mais condizentes com a real situação da empresa. Dispondo como principal foco a aplicabilidade do método indireto, em uma empresa do ramo industrial localizada na cidade de Porto Alegre/RS. A Demonstração do Fluxo de Caixa compreende os três últimos exercícios: 2017, 2018 e 2019, demonstrando as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos que compõe a ferramenta. A metodologia utilizada para o estudo foi descritiva, com abordagem qualitativa e o procedimento foi um estudo de caso, juntamente com a análise de dados descritiva e de conteúdo.

¹ Estudante do curso de Ciências Contábeis do CESUCA Faculdade Inedi. E-mail: bruu.gaboardi@hotmail.com

² Estudante do curso de Ciências Contábeis do CESUCA Faculdade Inedi. E-mail: chellymachado_76@hotmail.com

³ Mestre em Controladoria e Contabilidade. Professor do CESUCA Faculdade Inedi. E-mail: filipemdasilva@gmail.com

Levando em consideração a análise realizada, foi possível verificar que a empresa tem valores elevados de investimentos provenientes de recursos próprios, fazendo seu saldo de caixa reduzir, a vista disso, o que faz girar o caixa da empresa é o pagamento a prazo de seus fornecedores, conciliado com o recebimento de seus clientes, além de outros gastos decorrentes de suas atividades. Por fim, foi possível identificar com esse estudo, que o uso contínuo da Demonstração do Fluxo de Caixa auxilia no fornecimento de informações relevantes nas tomadas de decisões financeiras, e quando usada corretamente, contribui para o crescimento e melhor aproveitamento dos recursos do Caixa e Equivalentes de Caixa.

Palavras-chave: Demonstração do fluxo de caixa. Caixa. Tomadas de decisões.

Abstract: The Cash Flow Statement became a mandatory accounting statement under Law No. 11,638 / 07, which amends and revokes the provisions of Law No. 6,404 / 76. This article aims to identify the importance and benefits of using this statement through the direct and indirect method, in order to measure the results, obtain transparency and control of resources, aiming to provide decision making more in line with the company's real situation. Having as main focus the applicability of the indirect method, in a company of the industrial branch located in the city of Porto Alegre / RS. The Cash Flow Statement comprises the last three years: 2017, 2018 and 2019, showing the operating, investment and financing activities that make up the tool. The methodology used for the study was descriptive, with a qualitative approach and the procedure was a case study, together with descriptive and content data analysis. Taking into account the analysis carried out, it was possible to verify that the company has high amounts of investments from its own resources, making its cash balance reduce, in view of this, what makes the company's cash turn is the payment in time of its suppliers, reconciled with the receipt of its customers, in addition to other expenses arising from its activities. Finally, it was possible to identify with this study, that the continuous use of the Cash Flow Statement helps in providing relevant information in financial decision-making, and when used correctly, contributes to the growth and better use of Caixa and Equivalent resources.

Keywords: Cash flow statement. Cashier. Decision making.

1 INTRODUÇÃO

Os empreendedores buscam constantemente bons resultados para suas empresas, ou seja, o retorno financeiro de suas atividades. Diante disso, a contabilidade regular fornece demonstrações contábeis, onde constam informações úteis para que seja possível a análise e compreensão da saúde financeira da empresa. Essas demonstrações apresentadas com fidedignidade e em tempo oportuno são de mera importância para que as análises sejam feitas em tempo hábil com o propósito de regularizar determinadas situações, caso seja necessário.

Conforme Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) NPC nº 27, as demonstrações contábeis são o conjunto de informações sobre a posição

patrimonial e financeira que devem ser obrigatoriamente divulgadas anualmente. Refere-se a um grupo de demonstrações compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Estas demonstrações devem ser elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/05 e também com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS (International Financial Reporting Standards). A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) será a demonstração que dará embasamento a este artigo. Através dela, é possível demonstrar a situação da empresa, possibilitando planejamentos financeiros futuros. Essa ferramenta é importante para o auxílio nas tomadas de decisões, pois evidencia as transações que provocam modificações no caixa, como entradas e saídas de recursos financeiros da empresa ocorridos em um determinado período (CORNACCHIONE; CARDOSO; MEIRA, 2016).

Diante deste cenário, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como utilizar a DFC como ferramenta de gestão financeira para uma empresa do ramo industrial? Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é aplicar a DFC como ferramenta gerencial para uma empresa do ramo industrial. Para atender ao objetivo geral foram elaborados três objetivos específicos: (1) apresentar as etapas para a elaboração da DFC, (2) analisar a DFC depois de finalizada e (3) identificar os benefícios na implantação da DFC pelo método indireto.

Visando atingir os objetivos, o estudo foi realizado aplicando uma pesquisa descritiva, quanto aos seus objetivos, com abordagem qualitativa e utilizando como procedimento um estudo de caso. Para a realização do estudo de caso, os dados foram coletados através das demonstrações contábeis fornecidas pela empresa e por meio de entrevistas não estruturadas com o contador responsável pela entidade. O estudo foi realizado em uma empresa do ramo industrial, onde foram analisados os dados dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

No decorrer deste artigo ainda serão apresentados: o referencial teórico, onde serão apresentados os conceitos necessários para a compreensão do estudo; a metodologia, em que apresenta os procedimentos da realização do estudo; o estudo

de caso, onde será trabalhada a aplicação da DFC com sua análise; e por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o referencial teórico, onde será descrito os conceitos, composição, elaboração e análise da Demonstração de Fluxos de Caixa, bem como os métodos que são utilizados nela.

2.1 Conceitos e composição da demonstração de fluxos de caixa

A DFC é um relatório que tem como objetivo evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocam modificações no saldo da conta caixa da empresa, informando a capacidade que a entidade tem para liquidar seus compromissos financeiros no curto e longo prazo. (MIRANDA; BARBOZA, 2019).

A exigência que vigora desde 01.01.2008 substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela DFC de acordo com a Lei nº 11.638/2007, obrigatoriamente para sociedades de capital aberto ou que tenha na data do balanço, patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00. (Lei 11.638/07).

Conforme Cornacchione, Cardoso e Meira (2016), após substituir a DOAR pela DFC esta demonstração tornou-se um instrumento mais elaborado, onde apresenta informações essenciais para os seus usuários e tomadores de decisões nas entidades.

A Norma Contábil responsável por atender a regulamentação no Brasil são as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que menciona ser uma demonstração capaz de fornecer informações de como as entidades geram e utilizam seu Caixa e Equivalentes de Caixa avaliando as mudanças nos ativos líquidos e na sua estrutura financeira.

A NBC TG 03 (R3) define Caixa como “numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis”, ainda descreve Equivalentes de Caixa como sendo “aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.

A importância das empresas obterem suas movimentações do Caixa e Equivalentes de Caixa auxilia para dispor uma visão clara e objetiva dos fatos ocorridos no período e, conseqüentemente, buscando sempre um fidedigno equilíbrio financeiro. Diante disto, para apresentar a elaboração da DFC são necessários compreender conceitos como: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos. De acordo com a NBC TG 03 (R3) essas atividades são representadas da seguinte forma:

Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras que não são de investimento e tampouco de financiamento. Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Atividades de financiamentos são aquelas que resultam em mudanças no trabalho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. (NBC TG 03 (R3), 2016, p. 02)

Segundo Souza e Dias (2019), o caixa gerado pelas atividades exige uma verificação, pois “as contas existentes devem ser enquadradas em suas respectivas origens e de forma correta para evitar falhas na apuração dos dados.”

2.2 Elaboração da demonstração de fluxos de caixa

A DFC pode ser considerada uma ferramenta eficiente e favorável ao planejamento e controle financeiro, pois facilita identificar os valores das movimentações financeiras de entradas e saídas em um determinado período, podendo ser elaborado de duas formas distintas, a fim de suprir a necessidade da empresa. (CORNACCHIONE; CARDOSO; MEIRA, 2016). Os métodos para elaboração são chamados de método direto e método indireto, onde a entidade pode escolher qual dos dois métodos é o melhor para atender às suas necessidades, conforme a permissão da normatização contábil. (RESENDE, 2017).

Segundo Souza e Rocha (2018) as atividades são idênticas em ambos os métodos de elaboração da DFC, o que diferencia são as atividades operacionais, pois no método indireto essas atividades advêm do lucro contábil, já no método direto são compostas dos pagamentos e recebimentos.

Os dados a serem utilizados na composição da DFC, além do livro caixa, são as informações extraídas do Balanço Patrimonial (BP) do exercício atual e anterior e

da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) atual. (SCHMEIER; FANK, 2016).

O método de elaboração indireto, segundo Oliveira (2019) “se baseia nos lucros ou prejuízos do exercício, que deve ser ajustado pelos itens econômicos como a depreciação e a amortização, além de variações nas contas patrimoniais”. Entretanto expressam Gelbcke *et al* (2018) que “o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é chamado de *método da conciliação*”. Em relação ao método indireto, Gelbcke *et al* (2018) comentam que o método indireto faz:

A ligação entre o lucro líquido constante na Demonstração de Resultados (DRE) e o caixa gerado pelas operações. A principal utilidade desse método é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazos nas contas relacionadas com o ciclo operacional do negócio (normalmente, clientes estoque e fornecedores). (GELBCKE *et al*, 2018, p. 1900).

De acordo com a amostra realizada por Castro, Grande e Camillo (2015), conclui-se que o DFC indireto é o método mais utilizado pelas empresas, que segundo sua pesquisa, de um total de 616 empresas, 96% utilizou-se desse método. Andrade e Silva (2017) ressaltam que “por meio deste método, é possível compreender a diferença entre regime de competência e regime de caixa, porque muitas empresas possuem lucro e não caixa, ou ainda, porque há caixa e apresentam prejuízo”.

2.3 Análises do fluxo de caixa

De acordo com Souza e Dias (2019), a análise realizada através dos dados contidos na DFC se torna importante para a obtenção dos resultados, porém, o usuário não deve fundamentar-se apenas nos dados contidos nesta demonstração, pelo fato de não ser totalmente completa. Contudo, é importante realizar uma análise em conjunto com as demais demonstrações, onde Gelbcke *et al* (2018) explica que:

A apresentação das movimentações de caixa segregadas por atividades operacionais, de investimento e financiamento contém informações muito ricas para apoio às decisões econômicas de investidores, credores, gestores e outros usuários, principalmente quando essas informações são analisadas em conjunto com os demais relatórios contábeis. (GELBCKE *et al*, 2018, p. 1915).

Cornacchione, Cardoso e Meira (2016) afirmam que através da DFC, podemos verificar as entradas e saídas de caixa e assim, identificar a necessidade das empresas de tomar empréstimos ou de efetuar novos investimentos e aplicações no mercado.

Segundo Sá (2008), para realizar a análise horizontal de fluxo de caixa é observado a evolução do saldo financeiro do “disponível” com as entradas e saídas do caixa diariamente. Entretanto, para se realizar a análise vertical de fluxo de caixa, é verificado o saldo do início e do final do período no Balanço Patrimonial, com base nas variações de ativo e passivo.

Dentro das atividades que compõem a DFC, existem três visões no processo de formação de caixa da empresa que são: visão operacional, visão estratégica e a visão tática. O fluxo de caixa das atividades operacionais é atribuído pelo regime de caixa demonstrando o lucro da empresa e assim, será possível verificar a gestão através da visão operacional. As atividades de investimentos se enquadram na visão estratégica, visto que a empresa irá investir para aumentar sua capacidade de geração de caixa, preservando seus recursos. Nas atividades de financiamentos enquadra-se a visão tática, onde liga o momento atual de recursos em caixa com futuros planejamentos de capital. (SÁ, 2008)

Souza (2019) afirma que a implantação da DFC é importante e vantajosa de ser analisada, pois “através de uma administração eficaz do fluxo de caixa é possível analisar e manipular de maneira estratégica diversas atividades com o objetivo de manter o caixa da empresa positivo”.

3 METODOLOGIA

Para Barros e Lehfeld (2007), a metodologia consiste em “estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no que diz respeito às implicações de suas utilizações”. Segundo Gil (2002) pode-se definir pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois serão aplicados dados já existentes para que, posteriormente seja realizada uma análise de acordo com os resultados obtidos. Raupp e Beuren (2013) explicam que “na pesquisa qualitativa

concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado.” Dias e Silva (2009) complementam: “a pesquisa qualitativa envolve o uso de dados qualitativos, tais como entrevistas, documentos e dados de observação participante, para a compreensão e explicação dos fenômenos.”

Quanto ao objetivo, esta pesquisa é descritiva, pois tem o intuito de descrever uma realidade tal como esta se apresenta. Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”

Para esta pesquisa, o delineamento aplicado será o estudo de caso para melhor compreender as mudanças na implantação da DFC em uma empresa do ramo industrial. Gil (2002) conceitua estudo de caso como “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Yin (2001) complementa que o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O estudo de caso ligado a Contabilidade apresenta maior aplicação em organizações, tendo em vista à configuração, à análise e/ou à aplicação de instrumentos ou teorias contábeis. (RAUPP; BEUREN, 2013). Para a elaboração do estudo, a coleta de dados foi realizada mediante entrevista não estruturada e análise de documentos.

Em uma entrevista não estruturada, Lakatos e Marconi (2003) dizem que “em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.” Colauto e Beuren (2013) adicionam “essa técnica busca saber como e por que algo ocorre, e não apenas conhecer a frequência das ocorrências, de maneira que os dados obtidos possam ser utilizados em uma análise qualitativa”. Diante disto, a entrevista foi realizada com o contador responsável pela entidade, onde possui certa experiência relacionada às informações contábeis da empresa, a fim de esclarecer algumas dúvidas referentes às aplicações financeiras, imobilizados, lucros distribuídos, empréstimos e financiamentos adquiridos pela entidade.

Gil (2002) afirma que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Ainda Colauto e Beuren (2013) complementam

que “os documentos, escritos ou não, agilizam o processo investigatório, além de serem irrefutáveis em algumas pesquisas que, por sua natureza, exigem fontes documentais.” Frente aos documentos fornecidos pelo escritório contábil, será feita uma análise documental com a finalidade de verificar se os relatórios contêm todas as informações necessárias para a implantação da DFC e posteriormente, realizar tratamento nos dados a fim de transcrevê-los para a tabela de método indireto.

Através da pesquisa realizada, apresenta-se como estudo de caso uma empresa do ramo industrial, localizada na cidade de Porto Alegre/RS e que por questões de sigilo, optou por não ter seu nome divulgado, portanto se dará o nome fictício de Empresa Alfa Ltda, onde serão utilizados como objeto de estudo as demonstrações contábeis dos exercícios de 2017, 2018 e 2019, sendo o BP e a DRE, cujo números foram alterados pelo sigilo porém mantendo a proporção, que é onde se encontram as informações necessárias para a implantação da DFC.

4 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi desenvolvido com base nas informações do BP e da DRE dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 da empresa Empresa Alfa Ltda. Neste estudo, foi aplicado o método indireto, onde demonstra de maneira clara a elaboração da DFC através do resultado líquido da DRE, com o intuito de facilitar o entendimento do usuário, permitindo avaliar o quanto de lucro está se transformando em caixa a cada período.

4.1 Procedimentos para elaboração DA DFC

Para dar início a elaboração da DFC pelo método indireto, é relevante ter a informação da variação das contas que afetam diretamente o Caixa e Equivalentes de Caixa, obtidas diretamente do Balanço Patrimonial de dois anos subsequentes. Neste caso, foi-se necessário elencar a variação dos anos de 2016 para 2017 para a elaboração da DFC de 2017, as variações de 2017 para 2018 para a elaboração da DFC de 2018 e as variações de 2018 para 2019 para a elaboração da DFC de 2019.

A seguir, no Quadro 1, são apresentados os Balanços Patrimoniais dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Quadro 1 - Balanço Patrimonial dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019

Balanço Patrimonial	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Ativo Circulante	2.011.703,91	3.057.263,04	5.307.617,05	9.238.877,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.730,07	385.616,50	590.409,98	777.994,10
Caixa	2.937,61	1.013,24	2.142,67	2.626,45
Banco	85.792,46	70.543,37	588.267,31	775.367,65
Aplicações financeiras	0,00	314.059,89	0,00	0,00
Créditos	1.627.766,21	1.805.665,53	2.815.267,23	4.687.297,15
Contas a receber	1.400.968,54	1.709.520,62	2.661.241,01	3.772.998,89
Crédito de funcionários	16.369,72	64.937,33	81.796,26	135.423,95
Adiantamento a terceiros	209.762,46	30.538,80	68.558,26	679.383,16
Impostos a recuperar	665,49	668,78	3.671,70	99.491,15
Estoques	294.852,11	864.354,59	1.896.383,17	3.768.206,37
Estoques na indústria	294.852,11	864.354,59	1.896.383,17	3.768.206,37
Despesas Antecipadas	355,52	1.626,42	5.556,67	5.380,08
Seguros pagos antecipadamente	355,52	1.626,42	5.556,67	5.380,08
Ativo Não Circulante	2.206.613,62	3.640.094,09	6.931.848,13	9.965.701,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	837.937,37	2.090.640,02	5.057.474,90	5.490.941,07
Aplicações financeiras	836.937,37	2.089.640,02	5.007.474,90	5.440.941,07
Depósitos judiciais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Empréstimos a sócios	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Imobilizado	1.368.676,25	1.549.454,07	1.874.373,23	4.399.592,19
Custo de aquisição	1.615.953,19	1.845.875,70	2.283.698,40	4.985.772,06
Imobilizado em andamento	738513,29	0,00	11.840,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	-247.276,94	-296.421,63	-409.325,17	-586.179,87
Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	75.168,70
Valores de aquisição	0,00	0,00	0,00	77.302,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	0,00	-2.133,30
Total do Ativo	4.218.317,53	6.697.357,13	12.239.465,18	19.204.579,66
Passivo Circulante	917.305,97	773.647,34	1.304.542,62	3.570.968,96
Salários e encargos a pagar	0,00	36.286,55	55.456,64	116.532,47
Fornecedores	541.450,35	335.963,47	669.729,41	2.450.499,76
Financiamentos curto prazo	63.129,84	63.390,66	82.126,13	7.054,74
(-) Encargos financiamentos	-39.006,66	-40.685,78	-42.790,42	-301,53
Impostos a pagar	301.832,44	378.692,44	540.020,86	997.183,52
Lucros a pagar	49.900,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não Circulante	246.898,42	194.563,65	677.086,47	0,00
Empréstimos a pagar longo prazo	150.500,00	150.500,00	648.143,54	0,00
Financiamentos longo prazo	226.745,39	182.484,35	155.363,63	0,00
(-) Encargos financiamentos	-150.346,97	-138.420,70	-126.420,70	0,00
Empréstimos de sócios	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	3.054.113,14	5.729.146,14	10.257.836,09	15.633.610,70
Capital Social	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Reservas de lucros	3.004.113,14	5.679.146,14	10.207.836,09	15.583.610,70
Total do Passivo + PL	4.218.317,53	6.697.357,13	12.239.465,18	19.204.579,66

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Quadro 01 se torna necessário, pois é dele que vamos extrair os valores para analisar as variações a cada ano e posteriormente, proceder com a elaboração da DFC pelo método indireto. No método indireto é necessário utilizar também a informação do resultado líquido que consta na última linha da DRE, e que a partir desse resultado, se dá início na elaboração da DFC. A seguir no Quadro 02, as DRE's dos anos de 2017, 2018 e 2019 fornecidas pela empresa Empresa Alfa Ltda.

Quadro 2 - Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2017, 2018 e 2019

DRE	2017	2018	2019
Receita Operacional Bruta	10.846.475,24	19.001.697,45	30.104.222,47
Vendas de mercadorias	10.846.475,24	19.001.697,45	30.104.222,47
Deduções e Abatimentos	-2.579.307,95	-4.695.814,79	-7.431.754,95
(-) Devolução de vendas	-55.303,13	-117.565,07	-334.658,37
(-) Impostos sobre vendas	-2.524.004,82	-4.578.249,72	-7.097.096,58
Receita Operacional Líquida	8.267.167,29	14.305.882,66	22.672.467,52
Custos Operacionais	-3.487.515,11	-6.301.125,34	-10.304.444,97
(-) CMV	-2.260.977,75	-4.412.988,24	-7.148.539,53
(-) Custo com pessoal	-890.405,46	-1.365.447,20	-2.096.932,62
(-) Demais custos aplicados	-336.131,90	-522.689,90	-1.058.972,82
Lucro Operacional Bruto	4.779.652,18	8.004.757,32	12.368.022,55
Despesas/Receitas Operacionais	-1.465.455,95	-2.629.532,81	-4.073.782,21
(-) Despesas com pessoal	-826.967,90	-1.214.075,23	-1.880.095,68
(-) Despesas com vendas	-411.872,22	-732.753,19	-1.299.639,94
(-) Despesas administrativas	-303.729,69	-829.759,98	-1.201.196,40
(-) Despesas tributárias	-24.098,67	-39.134,77	-217.308,78
(+) Receitas financeiras	101.212,53	186.190,36	524.458,59
Lucro antes do IRPJ/CSLL	3.314.196,23	5.375.224,51	8.294.240,34
(-) IRPJ	-119.711,07	-208.031,90	-348.287,03
(-) CSLL	-209.473,75	-380.750,42	-670.844,22
Lucro Líquido do Exercício	2.985.011,41	4.786.442,19	7.275.109,09

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através do Quadro 2 também são extraídas informações importantes para a elaboração da DFC, pois para a elaboração da mesma, também são considerados informações da DRE.

As contas patrimoniais consideradas para fins de variações do ativo foram as seguintes: contas a receber, crédito de funcionários, adiantamento a fornecedores, impostos a recuperar, estoques, despesas antecipadas e depósitos judiciais. Já para o passivo, foram: salários e encargos, fornecedores e impostos a pagar.

As contas de ativo circulante serão identificadas como AC e no ativo não circulante como ANC. Para o passivo circulante, as contas serão identificadas como PC e no passivo não circulante como PNC. A seguir, o Quadro 3 com a variação de 2016 para o ano de 2017.

Quadro 3 - Variação do Balanço Patrimonial entre os anos de 2016 e 2017

Balanço Patrimonial	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Variações das contas do Ativo			
Contas a receber (AC)	1.400.968,54	1.709.520,62	-308.552,08
Crédito de funcionários (AC)	16.369,72	64.937,33	-48.567,61
Adiantamento a fornecedores (AC)	209.762,46	30.538,80	179.223,66
Impostos a recuperar (AC)	665,49	668,78	-3,29
Estoques (AC)	294.852,11	864.354,59	-569.502,48
Despesas antecipadas (AC)	355,52	1.626,42	-1.270,90
Depósitos judiciais (ANC)	1.000,00	1.000,00	0,00
Variações das contas do Passivo			
Salários e encargos (PC)	0,00	36.286,55	36.286,55
Fornecedores (PC)	541.450,35	335.963,47	-205.486,88
Impostos a pagar (PC)	301.832,44	378.692,44	76.860,00

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o Quadro 3 é possível interpretar que a conta de estoques obteve aumento, apresentando excesso de compras de mercadorias, fazendo crescer seu estoque, e consequentemente saída de recursos financeiros disponíveis. Já no passivo, houve redução na conta de fornecedores, constatando que a empresa efetuou os pagamentos no ato da compra. A seguir, Quadro 04 com a variação de 2017 para o ano de 2018.

Quadro 4 - Variação do Balanço Patrimonial entre os anos de 2017 e 2018

Balanço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Variações das contas do Ativo			
Contas a receber (AC)	1.709.520,62	2.661.241,01	-951.720,39
Crédito de funcionários (AC)	64.937,33	81.796,26	-16.858,93
Adiantamento a fornecedores (AC)	30.538,80	68.558,26	-38.019,46
Impostos a recuperar (AC)	668,78	3.671,70	-3.002,92
Estoques (AC)	864.354,59	1.896.383,17	-1.032.028,58
Despesas antecipadas (AC)	1.626,42	5.556,67	- 3.930,25
Depósitos judiciais (ANC)	1.000,00	0,00	1.000,00
Variações das contas do Passivo			
Salários e encargos (PC)	36.286,55	55.456,64	19.170,09
Fornecedores (PC)	335.963,47	669.729,41	333.765,94
Impostos a pagar (PC)	378.692,44	540.020,86	161.328,42

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme analisado no Quadro 4, as variações encontradas nas contas do ativo (exceto da conta depósitos judiciais) tiveram aumento do ano de 2017 para 2018, demonstrando um impacto negativo na DFC. Já no passivo, as contas demonstraram aumento na variação, ocasionando em um impacto positivo na DFC. A seguir Quadro 5 com a variação de 2018 para o ano de 2019.

Quadro 5 - Variação do Balanço Patrimonial entre os anos de 2018 e 2019

Balanço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2019	Variação
Variações das contas do Ativo			
Contas a receber (AC)	2.661.241,01	3.772.998,89	-1.111.757,88
Crédito de funcionários (AC)	81.796,26	135.423,95	-53.627,69
Adiantamento a fornecedores (AC)	68.558,26	679.383,16	-610.824,90
Tributos a recuperar (AC)	3.671,70	99.491,15	-95.819,45
Estoques (AC)	1.896.383,17	3.768.206,37	-1.871.823,20
Despesas antecipadas (AC)	5.556,67	5.380,08	176,59
Depósitos judiciais (ANC)	0,00	0,00	0,00
Variações das contas do Passivo			
Salários e encargos (PC)	55.456,64	116.532,47	61.075,83
Fornecedores (PC)	669.729,41	2.450.499,76	1.780.770,35
Impostos a pagar (PC)	540.020,86	997.183,52	457.162,66

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No Quadro 5 foi possível analisar aumento em praticamente todas as contas do ativo, exceto da conta despesas antecipadas. O maior aumento na variação foi na conta de estoques, demonstrando que a empresa possui produtos armazenados para revendas, possibilitando gerar caixa futuro. Já no passivo, a conta com maior

aumento foi de fornecedores, acrescendo saldo em caixa, onde a empresa obteve parcelamento de compras, não efetuando os pagamentos no ato.

A elaboração da DFC pelo método indireto tem início a partir do lucro líquido do exercício extraído da DRE, e posteriormente, ajustando as transações que não afetam o caixa, ou seja, que não há desembolso financeiro, mas foram consideradas no resultado. Para obter o lucro ajustado é fundamental realizar a adição ou subtração dos itens que no exercício impactaram no lucro, mas que não afetaram o caixa. Portanto, segundo Montoto (2012) é necessário adicionar ao resultado do exercício os valores de despesas contábeis no qual diminuíram o lucro (ex.: depreciação) e subtrair os valores de receitas contábeis (ex.: ganho de equivalência patrimonial).

As informações relativas às aplicações financeiras de longo prazo, aquisição de imobilizados, lucros distribuídos, empréstimos e financiamentos foram obtidas pela realização de entrevista não estruturada, realizada com os responsáveis pela contabilidade da empresa.

Os responsáveis informaram as novas aplicações realizadas, aquisições de imobilizados, lucros distribuídos, empréstimos e financiamentos ocorridos no período. Os valores informados das aplicações financeiras foram R\$ 1.252.702,65 em 2017, R\$ 2.917.834,88 em 2018 e R\$ 433.466,17 em 2019. Já os valores informados de aquisição de imobilizados foram R\$ 229.922,51 em 2017, R\$ 437.822,70 em 2018 e R\$ 2.779.375,66 em 2019. Enquanto os lucros distribuídos informados foram de R\$ 379.878,41 em 2017, R\$ 257.752,24 em 2018, R\$ 1.899.334,48 em 2019. Os valores de empréstimos e financiamentos tomados em curto prazo foram de R\$ 47.494,13 em 2017, R\$ 622.743,64 em 2018, R\$ 32.765,64 em 2019. E por fim, os valores informados de empréstimos e financiamentos pagos a curto e longo prazo foram R\$ 106.819,37 em 2017, R\$ 147.293,79 em 2018 e R\$ 923.344,20 em 2019.

Em seguida, serão transcritos para a DFC os valores das variações, informando se ocorreu um aumento ou redução nos grupos de contas do ativo (exceto caixa e equivalentes de caixa) e do passivo, chegando-se assim ao resultado gerado ou consumido pelas atividades operacionais.

A seguir no Quadro 6, serão demonstradas as elaborações das DFC's dos anos 2017, 2018 e 2019 elaboradas pelo método indireto, onde constam as porcentagens da análise horizontal das contas nos respectivos anos, com base nos dados fornecidos pela empresa Empresa Alfa Ltda.

Quadro 6 - Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

DESCRIÇÕES	2017	2018	AH % 2017-2018	2019	AH % 2018-2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro do Exercício	2.985.011,41	4.786.442,19	60,35	7.275.109,09	51,99
Despesa de depreciação	49.144,69	112.903,54	129,74	178.988,00	58,53
Juros apropriados	25.572,17	23.703,80	-7,31	180.909,59	663,21
Lucro Ajustado	3.059.728,27	4.923.049,53	60,90	7.635.006,68	55,09
Variações nos ativos e passivos	-841.013,03	-1.530.296,08	81,96	-1.444.667,69	-5,60
Aumento em contas a receber	-308.552,08	-951.720,39	208,45	-1.111.757,88	16,82
Aumento em créditos de funcionários	-48.567,61	-16.858,93	-65,29	-53.627,69	218,10
Redução (2017), Aumento (2018, 2019) em adiantamento a fornecedores	179.223,66	-38.019,46	-121,21	-610.824,90	1.506,61
Aumento em tributos a recuperar	-3,29	-3.002,92	91.174,16	-95.819,45	3.090,88
Aumento em estoques	-569.502,48	-1.032.028,58	81,22	-1.871.823,20	81,37
Aumento (2017, 2018), Redução (2019) em despesas antecipadas	-1.270,90	-3.930,25	209,25	176,59	-104,49
Redução de depósitos judiciais	0,00	1.000,00	N/C	0,00	-100,00
Aumento em salários e encargos a pagar	36.286,55	19.170,09	-47,17	61.075,83	218,60
Redução (2017), Aumento (2018, 2019) em fornecedores a pagar	-205.486,88	333.765,94	-262,43	1.780.770,35	433,54
Aumento em obrigações tributárias	76.860,00	161.328,42	109,90	457.162,66	183,37
Total de Caixa das Atividades Operacionais	2.218.715,24	3.392.753,45	52,92	6.190.338,99	82,46
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de imobilizado	-229.922,51	-437.822,70	90,42	-2.779.375,66	534,82
Aumento das aplicações financeiras	-1.252.702,65	-2.917.834,88	132,92	-433.466,17	-85,14
Total de Caixa das Atividades de Investimento	-1.482.625,16	-3.355.657,58	126,33	-3.212.841,83	-4,26
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados a curto prazo	47.494,13	622.743,64	1.211,20	32.765,64	-94,74
Empréstimos a receber de sócios	0,00	-50.000,00	N/C	0,00	-100,00
Empréstimos e financiamentos pagos a curto prazo e longo prazo	-106.819,37	-147.293,79	37,89	-923.344,20	526,87
Pagamento de lucros	-379.878,41	-257.752,24	-32,15	-1.899.334,48	636,88
Total de Caixa das Atividades de Financiamento	-439.203,65	167.697,61	-138,18	-2.789.913,04	-1.763,66
Aumento Líquido	296.886,43	204.793,48	-31,02	187.584,12	-8,40
Caixa e Equivalentes de Caixa inicial	88.730,07	385.616,50	334,60	590.409,98	53,11
Caixa e Equivalentes de Caixa final	385.616,50	590.409,98	53,11	777.994,10	31,77

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nas DFC's elaboradas no Quadro 6, os campos com a sigla N/C significam não calculados, pois em 2017 não houve movimentação e nesse caso, não é possível fazer a análise horizontal.

4.2 Análises e benefícios da elaboração da DFC

Com base no Quadro 6, foi possível analisar as DFC's dos anos de 2017, 2018 e 2019 elaboradas, cujas análises estão apresentadas no Quadro 07.

Quadro 7 - Análises das Demonstrações de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Contas	Análises
Contas a receber	Expressou aumento de 208,45% de 2017 para 2018 e 16,82% de 2018 para 2019. Esse pode estar relacionado com possíveis aumentos das vendas a prazo e por consequência, quanto mais vendas realizadas a prazo menos recebimentos no caixa.
Créditos de funcionários	No ano de 2017 para 2018 verificou-se uma redução de 65,29% nos adiantamentos de salários e férias de funcionários (que é lançado nessa mesma conta) em relação ao ano de 2018 para 2019, onde ocorreu aumento desses créditos. Pode-se inferir que a empresa pagou no fim de 2019 todas as férias que teriam início em janeiro/2020 com o pagamento dos salários no quinto dia útil. Os valores das antecipações salariais de dezembro ainda permanecem em aberto.
Adiantamento a fornecedores	Obteve redução de 121,21% do ano de 2017 para 2018, onde ocorreu redução de pagamentos aos fornecedores de forma antecipada, porém, em 2018 para 2019 demonstrou aumento elevado na variação, ou seja, a empresa voltou a efetuar pagamentos antecipadamente.
Tributos a recuperar	Apresentou aumento nos três anos subsequentes, porém, esse valor não sai diretamente do caixa da empresa.
Estoques	Contou com um aumento em cerca de 81% de 2017 para 2018 e de 2018 para 2019, significando que a empresa está aumentando os valores de aquisição de mercadorias para seus estoques.
Despesas antecipadas	Apresentou aumento equivalente a 209,25% na variação de 2017 para 2018, mostrando que a empresa investiu mais em seguros do que em 2018 para 2019 onde é possível verificar uma redução dos valores.
Depósitos judiciais	É possível verificar que a empresa teve gastos com processos judiciais apenas no ano de 2018, fazendo com que o percentual reduza em 100% de 2018 para 2019, podendo interpretar que o referido processo que originou esse depósito judicial foi finalizado.
Salários e encargos a pagar	Do ano de 2017 para 2018 demonstrou redução de 47,17% em pagamentos de salários e encargos, onde se pode inferir que no referido período a empresa teve mais demissões de contratos do que contratações. Já de 2018 para 2019, apresentou mais que o dobro de aumento, onde possam ter ocorrido novas contratações de funcionários.
Fornecedores	Ocorreu redução equivalente a 262,43% de 2017 para 2018, demonstrando que a empresa efetuou os pagamentos de fornecedores à vista ou liquidou dívidas em aberto, porém, de 2018 para 2019 houve aumento expressivo de 433,54%, significando que a empresa optou por efetuar compras a prazo, para que não fosse desembolsado recursos financeiros no ato.
Obrigações Tributárias	Teve aumento equivalente a 109,90% na variação de 2017 para 2018, já de 2018 para 2019, o aumento foi de 183,37%, demonstrando que a empresa teve maior valor de tributos a pagar no mês subsequente, podendo ter origem de uma maior quantidade de vendas ocorridas durante esse período.
Aquisição de imobilizados	Houve aumento equivalente a 90,42% no valor da variação de 2017 para 2018, já de 2018 para 2019, ocorreu mais um aumento em cerca de cinco vezes na aquisição de imobilizados para a empresa durante o último biênio analisado.
Aplicações financeiras	Apresentou um aumento de 132,92% na variação de 2017 para 2018, onde a empresa aplicou mais seus recursos, diferentemente de 2018 para 2019, onde houve redução de 85,14%, representando que a empresa resgatou aplicações financeiras.

Empréstimos e financiamentos tomados	Expressou aumento acima de dez vezes de 2017 para 2018, demonstrando que neste período, a empresa possuiu um valor elevado de movimentações de empréstimos com partes relacionadas e adquiriu financiamentos para compra de veículos. Já de 2018 para 2019, ocorreu redução de 94,74% significando que a empresa arrecadou menos créditos em conta.
Empréstimos e financiamentos pagos	Apresentou um aumento de quase 40% na variação de 2017 para 2018, já de 2018 para 2019 apresentou aumento equivalente a cinco vezes na variação, demonstrando que a empresa efetuou um valor elevado de pagamentos e consequentemente contribuindo para a redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa.
Empréstimos a receber de sócios	É possível verificar que a empresa teve empréstimos a receber de sócios apenas no ano de 2018, fazendo com que o percentual reduza em 100% de 2018 para 2019, podendo interpretar que o referido pagamento deste empréstimo foi quitado.
Lucros pagos	Ocorreu redução de 32,15% de 2017 para 2018 nos pagamentos de lucros a sócios, porém, teve acréscimo elevado em equivalente a seis vezes mais em relação a 2018 para 2019. Esse acréscimo pode estar ligado com o aumento de lucros do exercício de 2019.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Após a leitura do Quadro 7, é possível citar benefícios na aplicação da DFC, não apenas como uma obrigação legal, mas também para fins gerenciais. Na DFC foi possível obter uma visão ampla da forma que os recursos financeiros são aplicados e gastos, pois muitas dessas informações não estão apresentadas de forma explícita nas demais demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial e DRE.

Através da DFC que foi possível identificar o aumento de cerca de dez vezes do imobilizado durante o período analisado, juntamente com um aumento da conta de financiamento, podendo inferir que ambos os aumentos estão ligados.

Além disso, o que faz girar o caixa da empresa é o pagamento a prazo dos fornecedores, juntamente com o recebimento de clientes, além dos gastos decorrentes das atividades, pois o Caixa e Equivalentes de Caixa está apresentando uma redução a cada ano, sendo 31,02% de 2017 para 2018 e 8,40% de 2018 para 2019. Apesar da maioria dos saldos das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos ainda estarem aumentando, eles vem apresentando uma desaceleração de crescimento, podendo não ser bom para a empresa no longo prazo.

O acompanhamento contínuo da DFC gerencial auxilia na importância de verificar a capacidade da empresa de gerar caixa suficiente para liquidar todos os seus compromissos, do mesmo modo que possa ter mais controle para saber em que ponto pode realizar futuros investimentos e de contra partida onde possa reduzir custos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou informar e demonstrar a importância da utilização da ferramenta DFC, a fim de garantir um melhor resultado nos recursos financeiros das empresas sendo possível verificar seus objetivos, benefícios e formas de elaborações, visto que pode ser elaborada utilizando dois métodos, o direto e o indireto.

Foi abordada a existência das três atividades realizadas para a análise da DFC, que são: as atividades operacionais, de investimento e financiamento. E dentro dessas atividades, Sá (2008), define que “existem três visões no processo de formação de caixa da empresa que são: visão operacional, visão estratégica e a visão tática”.

Assim sendo, foi realizado um estudo de caso com o objetivo de identificar os benefícios da implantação da DFC para utilização gerencial na empresa Empresa Alfa Ltda, com o intuito de proporcionar melhor visibilidade dos recursos utilizados em cada atividade pelo método indireto, sendo possível obter tomadas de decisões mais efetivas.

No que se refere à situação problema deste artigo, pode se observar que teve impactos positivos, ou seja, a DFC ajudaria a empresa, foco deste estudo, a verificar os valores que estão sendo investidos em imobilizado, podendo perceber que estava sendo utilizado de seus próprios recursos, e assim, fazendo seu saldo de caixa reduzir a cada ano.

Cabe ainda ressaltar que embora os administradores tenham acesso a vários relatórios de demonstrações contábeis, as informações contidas na DFC auxiliam positivamente os gestores a terem melhor acompanhamento em relação aos recursos consumidos ou gerados pela empresa em um determinado período.

Este estudo atingiu o objetivo proposto de aplicar a DFC como ferramenta gerencial, demonstrando que seu uso contínuo auxilia no fornecimento de informações relevantes da situação da empresa, possibilitando que os gestores possam tomar melhores decisões em tempo oportuno. Em face desse contexto, deixa como sugestão para estudos futuros o desenvolvimento através de índices financeiros que impactam nas contas e grupos de contas da DFC em empresas que não desenvolvem este método e em diferentes ramos, ou então em um grupo empresarial.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.638 - Planalto, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 17 mar. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 03 (R3). Normas Brasileiras de Contabilidade - Demonstração dos fluxos de caixa**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03\(R3\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG03(R3).pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.296, de 17 de setembro de 2010**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1296_2010.htm>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CASTRO, Walther Bottaro; GRANDE, Elisete Garcia; CAMILLO, Virginia Prestes Bernardes. Método direto e indireto na demonstração de fluxo de caixa: um estudo sobre a preferência das empresas brasileiras, 2015, **Revista Linceu On-line**, São Paulo, 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA Roberto. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. p.117-144.

CORNACCHIONE, Maria Ana Rosa; CARDOSO, Marly Rodrigues; MEIRA, Rosemeire dos Santos. **Fluxo de caixa como ferramenta de controle empresarial**. 2016. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), São Paulo, 2016.

DIAS, Donaldo de Souza; SILVA Mônica Ferreira da Silva. **Como escrever uma monografia**. Rio de Janeiro: Coppead, 2009.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades**. 3.ed. São Paulo: Atlas. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GABOARDI, B.; FERREIRA, M. M.; SILVA, F. M. A importância da demonstração do fluxo de caixa como ferramenta gerencial. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 17-35, jun. 2020.

JULIANA, Moraes de Souza; ROCHA, Marcio Dourado. **Uma visão dos contadores sobre a utilização do fluxo de caixa como ferramenta da contabilidade gerencial**. 2019. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA), Goiás, 2019.

LGN ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. **IBRACON NPC nº 27 - Demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://ftp.lgncontabil.com.br/NormasIBRACON/DEMONSTRACOES-CONTABEIS.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Wender Fraga; BARBOSA, MARIA Aparecida Coelho Salgado. **Demonstração do fluxo de caixa nas empresas e sua importância como instrumento de análise de liquidez**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória ES, 2019.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral esquematizado**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, Ana Flávia. **Benefícios proporcionados pela DFC à gestão financeira das empresas**. 2015. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 76-96.

RESENDE, Jéssica Pereira. **Demonstração do fluxo de caixa: importante instrumento na gestão financeira empresarial**. 2017. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA), Goiás, 2017.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMEIER, Roger; FANK, Odir Luiz. **Fluxo de caixa**. 2016. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis). – Curso de Ciências Contábeis, FAI Faculdades de Itapiranga, Santa Catarina, 2016.

SOUZA, Jair Bruno Pereira; DIAS, Tays Cardoso. **A gestão do fluxo de caixa no âmbito empresarial**. 2019. Trabalho de conclusão (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Ceará, 2019.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.